

## EDITORIAL

### Dossiê História e Historiadores

Editorial

Dossier History and Historians

Sérgio da Mata\*  
Sabrina Magalhães Rocha\*\*

Há praticamente 40 anos, em fins da década de 1970, Jean-François Lyotard (2009) publicava seu conhecido livro *A condição pós-moderna*. Não muito tempo depois, multiplicaram-se as vozes dos que entendiam que a nossa disciplina atingira o limiar de uma nova era. Uma das mais conhecidas, a de Keith Jenkins, afirmava, então, que o fim das grandes narrativas abria espaço para uma radical diversificação do campo disciplinar. Uma das modalidades às quais Jenkins conferiu um papel especial era precisamente a “história dos historiadores”. As últimas linhas de seu conhecido livro de 1991 estabeleciam o que se poderia chamar de um verdadeiro programa para o futuro: “no mundo pós-moderno, pode-se argumentar que o conteúdo e o contexto da história deveriam ser constituídos por uma ampla série de estudos metodologicamente reflexivos sobre as maneiras de se fazerem as histórias da própria pós-modernidade” (JENKINS, 2007, p. 108). Se havia um futuro para a história, ele estaria na sua metamorfose em meta-história.

Com o passar do tempo, o pendor escatológico que caracterizou o último *fin de siècle* deu lugar a uma percepção mais sóbria, de que as continuidades falam tão ou mais alto que as eventuais rupturas – seja na lógica que rege a dinâmica social, seja na forma como investigamos e escrevemos suas histórias. É curioso observar como as percepções a respeito diferiam, às vezes tremendamente, entre países vizinhos. Se a França funcionou como o epicentro de diagnósticos que tinham em comum – como cedo sublinhou o antropólogo social Marc Augé (1997) – falar a “linguagem do fim”, do outro lado do Reno, predominou a desconfiança em relação ao diagnóstico pós-

---

\* Doutor em História pela Universidade de Colônia (Alemanha). Professor de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

\*\* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

moderno. De Ernst Jünger a Jürgen Habermas e Niklas Luhmann, a ideia mesma de que a modernidade possa ter se “esgotado” foi recebida com imensa reserva. Para perceber como essa distinção se espelhou nas posições de historiadores de prestígio, basta colocar, lado a lado, os ensaios escritos por Reinhart Koselleck (2010) e François Hartog (2014) direcionados à questão.

Talvez seja possível fazer, hoje, um balanço mais equilibrado do legado dessa mistura de iconoclastia, romantismo e nominalismo tardios que foi o pós-modernismo, precisamente pelo fato de que seu brilho dá mostras de esvair-se, ao passo que a consciência de seus efeitos políticos colaterais deixa de ser privilégio de uns poucos. Sobretudo após o janeiro de 2017, com a posse de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos. Desde então, os representantes do relativismo radical, em sua aversão ao assim chamado “logocentrismo”, estão constrangidos a encarar de frente o triste espetáculo de um estilo de política em que argumentos perigosamente próximos dos seus legitimam a ação dos grupos mais reacionários e as manipulações mais toscas da realidade. Depois de décadas de militância antirrealista e de “desconstrução”, o emprego recente de neologismos como “pós-verdade” pela extrema-direita – não bastasse o avanço do obscurantismo político e das *fake news* em escala global –, fica claro que críticos de primeira hora do pós-modernismo como o ensaísta brasileiro José Guilherme Merquior, o escritor russo Alexander Soljenítsin e o físico norte-americano Alan Sokal receberam menor atenção do que teria sido necessário. Não obstante, os teóricos pós-modernos, formalmente, se aliarem a pautas progressistas, eles se vêm, agora, enredados naquele paradoxo que a sociologia, há bem mais de um século, preconizou como um verdadeiro teorema: não há convergência necessária entre as motivações de uma determinada ação e as suas consequências práticas. Tais impasses e paradoxos foram precoce e corretamente discutidos pelo historiador Richard Wolin (2004).

Mas é preciso dizer que o pós-modernismo teve também um efeito positivo e, quem sabe, duradouro, ao realçar dimensões que, à época de seu surgimento, eram ainda pouco tematizadas. Uma delas é o fato de que as sociedades atuais estão condenadas a um inexorável processo de pluralização. A “emergência” de novos atores sociais e novas formas de organização e representação dos interesses coletivos são processos sem retorno e uma historiografia verdadeiramente conectada com o seu tempo não pode se

dar ao luxo de ignorá-los. É revelador que obras de fôlego publicadas nos últimos anos busquem harmonizar a perspectiva global com a diversidade de experiências locais. A *transformação do mundo*, de Jürgen Osterhammel (2015), o faz ultrapassando os estreitos limites, geográficos inclusive, das antigas histórias universais. Em outra direção, a *História mundial da França*, de Patrick Boucheron (2017), incorpora experiências globais, externas ao continente europeu, na construção de uma história nacional, buscando dissociá-la de uma concepção de história identitária, e aproximá-la de uma concepção mais pluralista.

Isso nos leva ao segundo plano em que a crítica pós-moderna merece ser preservada: o abandono, definitivo ou quase, das perspectivas teleológicas. As antigas filosofias especulativas da história, que já na década de 1950 davam claros sinais de esgotamento, tiveram uma sobrevida graças à influência de que gozou o marxismo – até 1989, bem entendido. A crítica do progresso, de Ranke a Nietzsche, do pós-estruturalismo ao advento da chamada “ciência pós-normal” e, enfim, o fracasso do “socialismo real” (inclusive o do século XXI), fizeram com que as filosofias da história se tornassem meros objetos de curiosidade histórica. Ainda que, como observou um crítico sagaz, a narrativa pós-moderna de “superação” da ciência e da modernidade acabe se constituindo em uma metanarrativa, essa sutil contradição não chega a ter maior importância no contexto que nos interessa aqui. A nosso ver, verdadeiramente importante é *o declínio do singular-coletivo, “a história”*. Vivemos a era das grandes pluralizações, o que, aliás, contribui para a atual reabilitação do historicismo.

E quanto à história da historiografia mais recente? Transformou-se em uma meta-história, tal como propunha Jenkins? Há uma década, Georg Iggers afirmou que existem teorias da historiografia pós-moderna, mas não uma historiografia pós-moderna enquanto tal (IGGERS, 1998, p. 113). Até onde vai nosso conhecimento da paisagem disciplinar mais recente, tal juízo preserva sua validade. Os autores pós-modernos não podem, pela própria natureza do trabalho intelectual, abandonar completamente todos os protocolos vigentes. Caso tenha bom senso e abdique de argumento de autoridade, ou relute ainda em apostar todas as suas fichas na retórica, aquele que pretende convencer alguém de algo terá, necessariamente, de lançar mão de argumentos e, inclusive – isso vale particularmente para a nossa disciplina –, de evidências. São esses protocolos que

reconduzem o historiador pós-moderno, quer queira quer não, à esfera do *logos*. De resto, a grande cruzada pós-moderna não se voltava primordialmente contra a razão, cuja crítica remonta pelo menos aos sofistas. Ela tinha como alvo primordial o princípio de realidade, promovendo um tipo de encapsulamento que nega, segundo fórmula que se tornou célebre, a existência do que quer que seja “fora do texto”. O antirrealismo pós-moderno tem, provavelmente, origens distantes no tempo, e que remetem ao gnosticismo da Antiguidade tardia. Sua ressurgência nos anos 1990 pode ser atestada pelo imenso sucesso obtido pelo filme *Matrix*.

Desde então, muita água passou por debaixo da ponte.

E se a arte é um sismógrafo da alma, como já se disse, todos os sinais têm indicado uma forte retomada do realismo nos últimos anos. Na literatura de um Karl Ove Knausgard, no hiperrealismo de artistas plásticos como Franz Gertsch e Ron Mueck, até mesmo na produção cinematográfica norte-americana, multiplicam-se os sinais de que naqueles contextos em que o pensamento se divorcia da realidade, é justamente a arte, ao compensar essa perda, assume para si a tarefa de lembrar ao ser humano de que, para além da mera volição ou da ideologia, existe um mundo lá fora, feito de pedra, carne e osso. É quando a arte se torna “antificação” (MARQUARD, 2003, p. 82-99).

Um indício de que o realismo crítico goza, hoje, de um prestígio que até pouco tempo lhe vinha sendo negado está no fato de que dois dos mais cultuados teóricos em nossos cursos de graduação e pós-graduação em história, os alemães Jörn Rüsen e o já citado Koselleck, representam posições moderadamente realistas, avessas à *hybris* pós-moderna ou pós-estruturalista. E embora haja nichos em que tais tendências continuam influentes, nada permite dizer que elas se tornaram em algum momento hegemônicas no meio historiográfico. Inclusive no campo da teoria da história e da história da historiografia.

Seria, porém, um erro, para o qual Estevão de Rezende Martins (2017) tem nos chamado a atenção, supor que questões epistemológicas não guardam quaisquer relações com a esfera da práxis. Daí a relevância que têm obtido os debates sobre a dimensão ética do trabalho do historiador. Os riscos do relativismo na produção do conhecimento histórico foram, de início, apontados por autores como Troeltsch, Croce e

Marrou, e, mais recentemente, parecem recobrar novo fôlego. Particularmente, em temas que se relacionam a grupos identitários, minorias ou contextos políticos contemporâneos, os historiadores têm sido desafiados pela produção de narrativas que abusam do espaço de interpretação, a induzirem ao erro e firmarem posições ideológicas incompatíveis com as premissas de uma sociedade aberta. Exemplos eloquentes não têm faltado no Brasil, da negação do regime ditatorial de 1964 à relativização da escravidão, e, no mundo, com a negação do Holocausto. Também à esquerda do espectro político, o perigo da ideologização jamais esteve de todo ausente.

A forma de responder a essas questões, pela maior parte da comunidade de historiadores, não tem sido apenas a de sustentar interpretações e narrativas alternativas, tal como se poderia inferir, mas argumentando com conceitos e ferramentas analíticas que priorizam aquilo que se encontra “fora do texto”, como fatos, provas e documentos. Trata-se de um estilo de pensamento que reclama para si uma abertura e um interesse para a investigação da realidade que, tudo indica, não se encontra em todos os grupos que se propõem a construir releituras do passado.

Em texto dedicado a pensar o lugar dos historiadores na sociedade brasileira, o presidente da ANPUH nos ofereceu, em 2016, uma demonstração desse posicionamento: “Vale a pena lembrar a distinção clássica entre o conhecimento histórico e outras formas de representar o passado ou a experiência no tempo. A distinção está no fato da história operar com procedimentos científicos, seguir um método, pautar-se pela crítica das fontes e buscar evidências diversificadas. O historiador deve desconfiar das suas fontes, inquiri-las em busca da verdade, uma meta que é inalcançável em sentido puro, mas que ainda assim permanece o objetivo principal” (MOTTA, 2016, p. 326). Rodrigo Patto Motta nos lembra ainda que a ética e o pluralismo implicam na questão fundamental da verdade. Em questões limite, tais como a violência e a opressão, o relativismo revela, de imediato, suas limitações. Trata-se, portanto, de reconhecer que “nem todas as interpretações do passado têm o mesmo valor, o que nos permite reclamar um realismo crítico” (MOTTA, 2016, p. 330).

Situação semelhante, que poderíamos definir como um recuo face ao “interpretativismo”, ocorre no jornalismo contemporâneo. Se, por um lado, proliferam as *fake news*, por outro, o papel do jornal “tradicional” como um espaço garantidor da

notícia confiável também vem se reafirmando. Exemplo disso é que, sob a presidência de Donald Trump, alguns periódicos têm ampliado o seu corpo de jornalistas e fortalecido seu papel de investigação, a exemplo do *The Washington Post*. Como demonstração dessa necessidade de diferenciação entre o verdadeiro e o falso, podemos citar ainda a recente saída da *Folha de São Paulo* do Facebook, alegando não querer que seu conteúdo seja disseminado em meio às falsas notícias.

E diante da pergunta: o que espera o público de obras de história? Esse é outro elemento que demonstra como o trabalho do historiador contemporâneo está eivado desse realismo crítico que pode ser percebido também pela via da recepção. Em um terreno de *fake news* e “pós-verdades” se multiplicando, da política à vida privada, o que busca o leitor em uma obra de história é certamente outra coisa. E isso não apenas em produções acadêmicas, artigos científicos. Mesmo nas obras de entretenimento, como séries, filmes e novelas, o público segue esperando do adjetivo “histórico” um grau mínimo de realismo. Séries recentes de grande sucesso de público, como a inglesa *The Crown* ou a americana *Mad Men*, se esmeraram nessa tarefa de oferecer uma construção, de personagens ou de contextos, com alto grau de realismo histórico.

Pode-se perguntar se o desejo desse público não é mais de experimentar o passado, ter a sensação de vivenciá-lo, do que propriamente de conhecê-lo. E aqui, certamente, estaremos diante de mais uma contribuição efetiva desse grande guarda-chuva de questões e teorias a que se chamou pós-modernismo. A constatação de que as formas de se relacionar com o passado ultrapassam a esfera do conhecimento organizado e racionalmente apreensível para alcançar outras dimensões mais propriamente sensoriais, experimentáveis, nos parece algo óbvio. No entanto, isso não nega o argumento acima exposto, pois ainda que se busque “experimentar o passado”, o público pretende, ao perscrutar sobre uma obra de história, “experimentar um passado real”.

Por fim, é interessante notar como algumas correntes historiográficas que haviam sido quase virtualmente esquecidas parecem retornar ao centro dos holofotes. Um exemplo: a obra francesa de maior repercussão mundial das últimas décadas, *O Capital no século XXI* de Thomas Piketty. Escrita por um economista, mas claramente concebida como um livro de história, essa obra trabalha com séries estatísticas, larga

escala temporal e espacial, vasta pesquisa empírica e um diálogo constante com a grande literatura realista do século XIX (sobretudo Jane Austen e Balzac) para produzir uma narrativa de extraordinária qualidade sobre o desenvolvimento histórico da desigualdade nas sociedades europeias e o advento daquilo que o autor chama de o “novo capitalismo patrimonial”. Como uma espécie de Gustav Schmoller redivivus, Piketty produz uma economia política historicista e eticamente lastreada. O admirável mundo novo historiográfico que nos prometia o pós-modernismo – o último dos vanguardismos? – não se materializou nem surgiu no nosso horizonte. Foi, antes, recorrendo a fórmulas e protocolos bem estabelecidos que a história efetivamente reencontrou seu público e sua pregnância ético-política.

Resta-nos reproduzir as palavras do historiador e economista francês quando ele afirma que “as lições do passado são muito úteis, uma vez que nos ajudam a enxergar com mais clareza as escolhas com as quais talvez nos confrontemos no próximo século e o tipo de dinâmica que prevalecerá”. Com a modéstia dos grandes cientistas, porém, Piketty afasta toda “ilusão excessiva” em relação à utilidade de seu livro, “pois a história sempre inventa seus próprios caminhos” (PIKETTY, 2014, p. 41).

Tal lição também há de continuar valendo, assim nos parece, para a história da historiografia.

## REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BOUCHERON, Patrick (org.). **Histoire mondiale de la France**. Paris: Seuil, 2017.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha deixa de publicar conteúdo no Facebook**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-deixa-de-publicar-conteudo-no-facebook.shtml>. Acessado em: 8 de fev. 2018.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- IGGERS, Georg. **La ciencia histórica en el siglo XX: Las tendencias actuales**. Barcelona: Idea, 1998.
- JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. **Vom Sinn und Unsinn der Geschichte**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2010.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MARQUARD, Odo. **Aesthetica und Anaesthetica**. München: Wilhelm Fink, 2003.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Vitam impendere vero: moral e verdade na pesquisa**. In: MARTINS, E. R. **Teoria e filosofia da história. Contribuições para o ensino de história**. Curitiba: W. A. Editores, 2017.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Os lugares dos historiadores e da história na sociedade brasileira: Conferência de abertura do XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis. História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 22, p. 321-335, dez. 2016.
- OSTERHAMMEL, Jürgen. **La transformación del mundo. Una historia global del siglo XIX**. Barcelona: Editorial Crítica, 2015.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- WOLIN, Richard. **The Seduction of Unreason**. Princeton: Princeton University Press, 2004.